

REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E O PODER LOCAL

Estamos a tratar do assunto talvez mais importante da nossa vida em sociedade...

E quando se discutem temas que interessam a todos, é sempre bom recordar a metáfora das cadeiras: *cinco pessoas entram numa sala e descobrem que existem apenas quatro cadeiras. Podem competir entre si para excluir uma delas e ver quem se consegue sentar. Ou podem alinhar as cadeiras e transformá-las num banco onde todos cabem...*

A educação não pode servir só para escolher um emprego mais rentável ou para fazer os contactos sociais que nos possam servir ao longo da vida. É muito mais do que isso...

"Educai as crianças, para que não seja preciso punir os adultos" (Pitágoras)

"A educação é o desenvolvimento no homem de toda a perfeição que a sua natureza é capaz" (Kant)

"A função da educação é ensinar a pensar intensamente e pensar criticamente. Inteligência mais carácter: esse é o objetivo da verdadeira educação" (Martin Luther King Jr)

"A educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo" (Nelson Mandela)

"O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram" (Jean Piaget)

"No mundo das tecnologias, o papel do professor será mais valorizado, como formador na ética e na cidadania, o que nenhuma máquina pode fazer" (Andrea Ramal).

Os municípios foram acrescentados de mais uma responsabilidade...

Com este tema da educação e o poder local para reflexão, contamos saber qual a situação das nossas escolas após a assunção das competências pelo Município relativamente à educação.

Há diferenças na educação pública ou privada, ou nem por isso? E que modelo de escola pública pretendemos?

E será que o ensino profissional ainda é um estigma? Só falar disto é um estigma?

Sabemos que o Estado é forte quando os seus cidadãos são fracos, mas as políticas públicas de educação, e os respetivos orçamentos, deverão também abranger o apoio às famílias, como faz o nosso Município? E qual a importância dos pais e encarregados de educação no processo de decisão?

Que verbas, comparativamente a outros setores como a saúde ou a habitação, deverão ser alocadas para a educação?

AINDA MAIS SABENDO QUE A EDUCAÇÃO É UM CASO DE SUCESSO...

FALANDO NA VÁZUA DELIBERAÇÃO SOBRE UM PROJETO DE REGULAMENTO SOBRE A EDUCAÇÃO DO ALTO A FALTA

Tábua gasta cerca de 2 milhões de euros do seu orçamento para a Educação, desde transportes escolares, refeições, assistentes operacionais, atividades de enriquecimento curricular, saraus, fruta e oferta de livros a alunos do 1º Ciclo. Mas deverá o Município assumir o custo dos transportes escolares? Qual o custo por cabeça? *E vamos voltar ao tema da deslocação de professores para esta área de transportes?*

Também gostaria de saber o que vai mudar na seleção de professores, se as colocações devem depender de uma lista nacional, de acordo com a respetiva classificação, conforme a nota de curso e o tempo de serviço, como defendem os sindicatos, ou se devem ser contratados diretamente pelos diretores das escolas, como não sei se estes preferem...

E faz sentido os professores terem de se deslocar centenas de quilómetros para conseguir colocação? Ou essa deslocação também ajuda à fixação dos professores noutras zonas do território, como por exemplo em Tábua?

Poderão os diretores ter mais autonomia para defender modelos de educação diferentes, e não impostos pelo poder central?

Outra questão, estarão os estrangeiros residentes no Município a inscrever os filhos nas nossas escolas? E como vão os nossos professores ensinar estes alunos cujo Português é Língua Não Materna? Serão precisos intérpretes?

E as casas de banho devem ser mistas ou separadas por sexo? E como não discriminar os transgéneros? Estarão os professores preparados quando a sociedade aparentemente ainda não está?

Ensinar é também educar ou são coisas diferentes? Estamos a sobrecarregar os nossos professores?

E como ensinar as chamadas “soft skills” – paciência, autocontrolo, trabalho em equipa, pensamento criativo? Estarão os professores preparados?

O Governo pretenderá acabar com os manuais escolares em papel e passá-los para digital já a partir deste ano, será que o abuso do digital pode prejudicar o desenvolvimento? Segundo o neurocientista francês Michel Desmurget, autor do livro «A Fábrica de Cretinos Digitais – Os Perigos dos Ecrãs para Os Nossos Filhos», “o abuso dos écrans pode afetar a linguagem, a concentração, a memória, o quociente de inteligência, a sociabilidade e o controlo emocional”.

E a aposta na transição digital aumentará as desigualdades? Deverão as escolas ser um laboratório para testar experiências? Será apenas um problema geracional?

Sendo os serviços o setor que atualmente emprega mais pessoas, sabendo que por exemplo, hoje em dia, por cada agricultor há mais de 25 portugueses no setor dos serviços, mas continuamos a comer todos os dias, o modelo de educação deve privilegiar as futuras escolhas profissionais?

Ou de alguma forma estarão as escolas³ a limitar o talento, por ação ou omissão e até prejudicar a ideal diversidade nas atividades profissionais?

De facto, parece-me que com modelos de educação pouco ecléticos ou imaginativos, poderemos ficar excessivamente dependentes de terceiros, mas ninguém deve duvidar da importância da educação.

Conforme referido num dos artigos que aproveitei juntar com a nossa documentação para esta assembleia, há estudos que sugerem que um ano de escolaridade leva a um acréscimo de salário de 10%, com exceção da função pública e normalmente da empresa onde trabalhamos...

Por outro lado, Portugal é dos países do mundo que mais cresceu na percentagem de população com educação universitária, mas mantemo-nos na cauda da Europa em termos económicos.

Recordo por último e entre outros investimentos, que em Tábua, em Outubro passado, foram inaugurados três espaços educativos, incluindo o Jardim de Infância de Candosa com um investimento superior a 260 mil euros e na Escola Básica foram renovados os gabinetes de atendimento dos Diretores de Turma, das equipas Multidisciplinares, que incluem psicólogos e terapeutas da fala e criado um gabinete médico.

Garante o Senhor Presidente da Câmara que a Educação será sempre uma prioridade para Tábua, **porque na palavra Educação tem que se ler futuro das pessoas.**

Serão estes e certamente alguns outros assuntos, que os nossos Ilustres Convidados poderão ajudar numa resposta ou até numa forma diferente de ver os problemas.

Temos como oradores os Senhores Professores **Sidónio Fernandes Costa**, diretor do Agrupamento de Escolas de Tábua, membro da assembleia municipal de Tábua desde 1990 até 2011, ou seja, praticamente desde os seus 18 anos... e presidente da mesma entre 2005 e 2011 e **Daniel Luís Domingues e Dinis Costa**, Presidente da Direção da Adeptoliva e Diretor Executivo da Eptoliva - Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, atualmente também chefe de gabinete da Presidência do Município de Oliveira do Hospital e conto também que a nossa Vereadora com o pelouro da Educação, **Dra. Susana Mendes**, possa fazer uma intervenção, nomeadamente sobre a situação da delegação de competências.

Não é apenas um momento de reflexão, também não é um debate ou uma conferência, é muito mais do que isso, **é a nossa assembleia municipal.**

Assembleia Municipal – 24/02/2023

Intervenção Vereadora Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem

A descentralização de competências na área da educação: o caso do município de Tábua

Cumprimento

O Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa cumprimento todos os deputados municipais presentes

O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, e na sua pessoa cumprimento os vereadores presentes

Os Exmo.s Senhores Diretores do Agrupamento de Escolas de Tábua e da Escola Profissional EPTOLIVA, permitam-me que nas vossas pessoas cumprimente todos os alunos, docentes e pessoal não docente do nosso concelho

Cumprimento o público presente e todos aqueles que nos acompanham pela transmissão online e a comunicação social presente,

E por fim cumprimento a Equipa do Gabinete Municipal de Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem e os restantes trabalhadores do Município que nos acompanham nestes trabalhos

A descentralização de competências na área da educação: o caso do município de Tábua

Na qualidade de Vereadora do Pelouro de Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, permita-me, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que o congratule por trazer a EDUCAÇÃO e a DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS nesta matéria, a debate nesta Assembleia.

Dou então início à minha intervenção:

A discussão do papel do Estado na sociedade desencadeou, nas últimas décadas, a implementação de profundas reestruturações no âmbito do setor público, compreendendo alterações na atuação e funcionamento das organizações públicas.

O caminho legislativo da descentralização municipal em Portugal iniciou-se, há mais de 40 décadas, com um quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais. Mais recentemente, reforçando a intenção descentralizadora, assistiu-se à transferência e delegação das competências do Estado para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais, assim como a delegação de competências dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias.

Em termos teóricos, para além de todos os princípios consagrados, é expectável da autarquia local, a resolução de problemas, de forma mais célere, eficaz e eficiente, dado a sua proximidade à população e o conhecimento profundo das características económicas, sociais, culturais, do seu território.

Em matéria de Educação, nos últimos anos temos assistido a um gradual processo de alargamento das competências das Autarquias Locais. É indiscutível que os municípios dispõem de cada vez mais responsabilidades e competências que lhes permitem atuar com maior eficácia

e eficiência sobre as necessidades da comunidade educativa local, assumindo assim um papel preponderante.

A década de 1980 e o pacote legislativo autárquico marca o primeiro momento da transferência de competências em matéria de educação, designadamente nos domínios da construção e manutenção dos equipamentos escolares do ensino infantil e primário, dos transportes escolares e da ação social escolar.

Vem, a Lei nº 50/2018 e Decreto-Lei 21/2019, estabelecer um novo quadro de transferências de competências para as autarquias locais no domínio da educação, concretizando um modelo de gestão do sistema educativo que pretende corrigir desigualdades locais e regionais e promover uma lógica de proximidade nos processos de tomada de decisão, nomeadamente no que diz respeito ao pessoal não docente, ao parque escolar e à ação social escolar, em níveis de ensino da responsabilidade do poder central, a saber: 2.º, 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário/profissional.

Esta descentralização tem sido objeto de um alargado espaço de debate, onde nem sempre se garante um consenso abrangente relativamente à realidade e especificidades que o consubstancia. Este transformou-se num processo moroso, nem sempre tranquilo e com respostas díspares por parte dos diferentes municípios, não obstante o normativo comum. Também não pode ser descurado, que pelo facto de os municípios assumirem um papel tão relevante na esfera educativa, ficamos perante um novo paradigma organizacional que carece de adaptação e aceitação pelos diversos atores envolvidos.

O Município de Tábua, enquanto autarquia local, exerce as suas atribuições em plenitude e exclusividade na defesa dos interesses dos cidadãos que integram o seu território.

A política Municipal no domínio da educação, integra como principais fatores de atuação: o apoio aos estabelecimentos de ensino, investimento em equipamentos e infraestruturas; o incremento de parcerias; a implementação de programas e projetos relevantes; a sistematização da oferta educativa municipal em consonância com o Plano Estratégico Municipal, entre outros.

É neste contexto, inequívoca, a aposta deste Município na educação como vetor estruturante do desenvolvimento sustentável do concelho. Definimos a Educação como prioridade, proporcionando um ensino abrangente e global, uma oferta educativa extremamente diversificada e integradora, que vai desde o pré-escolar ao ensino superior - com a recente assinatura do Protocolo de Cooperação com o Instituto Superior de Engenharia de Coimbra, sem esquecer o ensino escolar e profissional de adultos, por forma a garantir que todos os tabuenses sejam capacitados das competências necessárias para o seu desenvolvimento escolar e pessoal e para o desenvolvimento do nosso território.

O Município de Tábua sempre assumiu uma postura de intervenção declarada no domínio da educação, com um percurso de atuação que antecede claramente a transferência formal de competências nesta matéria.

No entanto por forma a reforçar a aposta do Município de Tábua na educação, ao abrigo do Decreto-lei n.º 21/2019, este Órgão Deliberativo, na reunião de 30/09/2019, ACEITOU a transferência de competências em matéria de educação, por maioria, com 30 votos a favor e 1 voto contra.

Esta aceitação vem reforçar as áreas anteriormente descentralizadas para o município e atribuir novas competências. Teve como premissa a sua implementação a partir de 1 setembro de 2020, coincidente com o início do ano escolar 2020/2021.

Passam assim nesta data, várias competências para a esfera municipal, das quais destaco:

- a Construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, em execução do planeamento definido pela carta educativa, bem como equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares, ou seja, as competências ao nível dos edifícios escolares são alargadas a todo o ensino básico e ao ensino secundário.

Neste âmbito, crescem aos edifícios do pré-escolar e 1.º ciclo, que já eram da titularidade do Município de Tábua, 3 novos edifícios escolares, a saber: Escola Secundária de Tábua, Escola Básica n.º 2 de Tábua e Escola Margarida Fierro Caeiro da Matta, em Midões.

O investimento do Município de Tábua nesta matéria tem sido evidente nos últimos anos. Exemplo disso temos a requalificação e modernização do Jardim de Infância de Mouronho e da Escola Básica de Mouronho e a construção do novo Jardim de Infância de Candosa, num total de investimentos que ascendem a 371 mil euros.

Não podemos tirar desta equação a nossa ambição de requalificar e ampliar o Jardim de Infância de Tábua.

Destaco ainda no âmbito das intervenções de maior porte, a remoção total das coberturas de amianto na Escola Secundária de Tábua e a substituição de todos os estores desta escola, permitindo não só a melhoria do edificado, como a melhoria das condições de segurança e bem estar de toda a comunidade escolar.

Ainda na demonstração de uma atitude proactiva que assumimos com a Educação, destaco as recentes obras de requalificação na Escola Básica n.º 2 de Tábua, que permitiram criar condições para instalar **digamente** os Gabinetes de Atendimento a Encarregados de Educação e Alunos, bem como instalar dentro da própria escola o Gabinete Municipal de Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, as Docentes das Atividades Extra Curriculares de aprendizagem de Língua Inglesa e as Técnicas que integram a Equipa Multidisciplinar que o Município de Tábua, colocou à disposição do Agrupamento de Escolas de Tábua, a saber: 1 Psicóloga e 1 Terapeuta da Fala.

Não obstante à concretização do que nos é competência atribuída – ou seja Intervenções de manutenção e conservação e equipamentos das escolas do 2º/3º ciclos e escolas secundárias com transferência de 20 mil euros anuais para cada equipamento escolar - e porque os 3 estabelecimentos de ensino para nós agora transferidos apresentam necessidades prementes de intervenção, o Município de Tábua identificou-os à tutela como edifícios que necessitam de uma intervenção profunda, que sai da esfera da nossa competência. Desta forma congratulamo-nos por a Escola Secundária de Tábua ter sido identificada como Prioridade Urgente de

Intervenção, no âmbito do compromisso assumido pelo Governo na realização investimento das infraestruturas de formação e ensino.

Também no que concerne ao investimento em Equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares, O município de Tábua tem promovido diversos trabalhos de conservação e requalificação dos estabelecimentos de ensino, muitos dos quais através da utilização dos recursos diretos da autarquia, nomeadamente, na pintura de espaços, colocação de novos sistemas de aquecimento de águas, substituição de equipamentos, reparação ou substituição total dos pavimentos das salas de aula. Enfim, são inúmeras as intervenções que diariamente o Município de Tábua executa nos 14 estabelecimentos escolares. Inúmeras que ainda temos para executar. Muitas delas vão para além daquilo que está consagrado nos quadros legislativos.

- a organização e gestão dos procedimentos de atribuição de apoios no âmbito da ação social escolar, nomeadamente a distribuição gratuita de leite escolar aos alunos que frequentam a educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, acrescentando a esta medida ainda a distribuição de fruta escolar

Dou nota que nesta matéria, o Município de tabua nos últimos anos letivos tem um resultado positivo relativamente ao recebido (16.430,13€) e pago, no entanto devido à crescente subida de preços do leite, o mesmo não se vai verificar este ano uma vez que a despesa comprometida ascende a 22.000€, valor acrescido de IVA

- Gestão do fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário, ou seja, o Município de Tábua fica responsável pela gestão e fornecimento de refeições em refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensinos básicos e secundários

Assumimos 3 pontos de confeção, cozinha da Escola Secundária, da EB2 de Tábua e da Escola Margarida Fierro da Mata. No entanto, dada a necessidade de intervenção nas instalações, estamos a utilizar apenas 3 pontos de confeção, não nos encontramos a utilizar a cozinha da escola secundária, tendo sido este substituído pela Cozinha Municipal. São servidas diariamente uma média de 850 refeições escolares.

E esta apresenta-se como uma competência completamente desajustada entre aquilo que é recebido pelo Fundo de Financiamento de Descentralização e a despesa anualmente comprometida pelo Município. Se é certo que recentemente houve uma atualização na participação do custo das refeições escolares para o valor de 2,75€, a cobertura da despesa pelo fundo, no ano letivo de 2021/2022 representa apenas 27%.

Para completar este ponto dou nota, que para o presente ano letivo a despesa comprometida cifra-se nos 465.251,20 mais IVA.

- Recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, de todos os níveis e ciclos de ensino, recebendo, com a transferência de competências, o pessoal não docente com vínculo ao Ministério da Educação;

A transferência da competência de gestão de pessoal não docente resultou na integração de 62 trabalhadores no mapa de pessoal do Município de Tábua, a saber, 48 Assistentes Operacionais

e 14 Assistentes Técnicos. Dos 48 Assistentes Operacionais 44 estão afetos às 3 escolas transferidas, ao abrigo desta aceitação de competências.

No entanto no que toca à gestão do pessoal não docente, apesar da sua contratação ser da competência municipal, o aspeto mais problemático na gestão desta competência prende-se com os critérios de definição da dotação máxima de referência dos trabalhadores a afetar a cada estabelecimento de ensino. Como tem sido reiterado, quer pelo Município quer pelo Agrupamento, tais critérios não estão ajustados às necessidades reais das escolas.

Uma vez que o valor transferido para o município corresponde ao número de trabalhadores definidos através da fórmula de cálculo de dotação máxima de referência, sentimos muitas dificuldades no solucionamento de necessidades que vão para além do definido pela Portaria.

É claro que o enquadramento legal do processo não estabelece quaisquer compromissos da parte da autarquia no sentido da contratação adicional de funcionários, para além do rácio definido pelo Ministério da Educação. Ainda assim o Município de Tábua, quer pelas questões de assiduidade com que a Escola se debate diariamente, quer pela necessidade e obrigatoriedade em assegurar a segurança e o bem-estar de todas as crianças e alunos integrados na rede pública de ensino, tem feito o esforço financeiro para garantir que estejam ao serviço tantos Assistentes Operacionais, quantos aqueles que sejam necessários.

Em termos práticos e exemplificativo da realidade com que nos debatemos, o rácio de A.O para o presente ano letivo é de 64 e o Município tem no seu Quadro de Pessoal 89 Assistentes Operacionais. Acresce a este valor, as situações em que recorremos a contratos de emprego e inserção, para substituições de trabalhadores que se encontram a faltar por longos períodos de tempo (licenças sem vencimento, doença, maternidade, etc), onde contamos com mais 14 pessoas.

Importa ainda dar nota que nesta equação, temos que ainda imputar outro pessoal não docente que vai muito além do já referido, temos ainda que incluir técnicos das AEC's (Inglês e Atividade Física e Desportiva), os motoristas dos transportes coletivos de crianças, a Equipa Multidisciplinar do Projeto - num total de mais 16 trabalhadores.

Se é certo que a verba transferida mensalmente corresponde ao vencimento do pessoal não docente transferido e incluído no rácio, têm sido efetuadas diligências várias no sentido de sermos restituídos de outras tantas despesas com os mesmos que não foram acauteladas, a saber: progressão na carreira, medidas de segurança e saúde no trabalho, seguros de acidentes de trabalho, encargos com ADSE, entre outros

- Contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos educativos, designadamente dos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário

Designadamente, eletricidade, combustível, água, outros fluidos e comunicações e limpeza, higiene e material de escritório.

No período de transição e como forma de agilizar os pagamentos relativamente a contratos cuja cessação da posição contratual não foi possível operacionalizar, o Município protocolou com o Agrupamento de Escolas de Tábua (AET), um conjunto de matérias administrativas, para o período compreendido entre 1 de setembro e 31 de dezembro do ano de 2020.

Após este período, a posição contratual dos contratos foi assumida pelo Município e em outros casos, efetivaram-se novos contratos de fornecimentos e de serviços externos.

Esta competência tem também criado alguns constrangimentos financeiros ao Município, na medida em que ainda existem algumas matérias cinzentas, que carecem de uma melhor

explicação sobre a quem recai a competência. As verbas transferidas são claramente insuficientes para assegurar a despesa anual.

Temos, a título exemplificativo, a reportar a autorização que tinha sido dada ao Agrupamento de Escolas de Tábua, por insuficiência de recursos humanos, para a contratação de serviços de limpeza para a Escola Secundária de Tábua e que o Município de Tábua assumiu, não tendo sido até à data atribuída qualquer verba para fazer face à despesa.

Também a título exemplificativo, foi desde o início do processo assumido pelo Município de Tábua o contrato de cópia/impressão que o Agrupamento de Escolas de Tábua tinha, assim como as despesas com programas e softwares de gestão educativa. Verbas que mais uma vez estão fora das atribuídas, às exceção do que dirá apenas respeito aos serviços administrativos e de direção da escola.

- Organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares.

O Plano de transporte escolar, visa assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação pré-escolar e à educação escolar, incluindo os alunos abrangidos por medidas adicionais no âmbito da educação inclusiva. Destaca-se aqui o carácter de gratuidade para todos os alunos que residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino e para os alunos com dificuldades de locomoção que beneficiam de medidas da educação inclusiva, independentemente da distância.

Dou nota que também nesta matéria, o Município de Tábua nos últimos anos letivos tem um resultado positivo relativamente ao recebido (1.146,80€) e pago, no entanto devido à crescente subida de preços, o mesmo não se vai verificar este ano uma vez que a despesa comprometida ascende a 9.500€. Valor referente ao transporte de um aluno com necessidades educativas do nosso concelho para uma escola de referência no concelho de Nelas.

- **Promoção e implementação de medidas de apoio à família e que garantam uma escola a tempo inteiro**, designadamente: **atividades de animação e apoio à família**, destinadas a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas; **componente de apoio à família**, através de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das atividades de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva; **atividades de enriquecimento curricular** no 1.º ciclo do ensino básico, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

Mas é nesta que se apresenta um dos maiores défices no pacote financeiro da transferência de competências, rondando os 130.000€ anualmente.

Para assegurar uma escola a tempo inteiro, não basta o edifício estar aberto, temos que assegurar o acompanhamento das crianças e alunos antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas, as horas das refeições, nas interrupções letivas são precisos recursos humanos. Para garantir Atividades de Enriquecimento Curricular necessitamos de afetar Docentes próprios ou contratar serviços para impor o rigor e a qualidade que queremos.

Contudo, esta competência, para o município de Tábua, apresenta-se como estratégica no âmbito da Política Educativa Municipal. No âmbito desta competência destacam-se vários projetos potenciadores de desenvolvimento de competências nos alunos, investimentos prioritários para o seu futuro e desempenho enquanto cidadãos.

É indiscutível que a Câmara Municipal de Tábua, conseguiu ao longo destes anos potenciar as Atividades de Enriquecimento Curricular, transformando-as numa marca de aprendizagem de grande qualidade e impacto na comunidade escolar e na comunidade local.

Importa só ainda dar nota que o planeamento plurianual da rede da oferta educativa, nomeadamente no que concerne às ofertas de formação de dupla certificação, nos agrupamentos de escolas e nas escolas profissionais, no nosso caso da escola Profissional EPTOLIVA, é da competência da comunidade intermunicipal, respeitando os parâmetros técnico e orientações fixados pelos departamentos governamentais com competência na matéria e sempre precedida de uma concertação entre todas as partes.

A este respeito, no presente ano letivo, vimos ser autorizada a abertura de mais um Curso na EPTOLIVA, a saber Técnico/a de Multimédia , que aliado à inauguração de novas instalações, mais uma vez fruto de um elevado investimento do Município e ao Curso já em funcionamento de Técnico Auxiliar de Saúde, foi impulsionador para um incremento de alunos na Escola. E não falamos apenas de alunos que transitaram entre o AET e a EPTOLIVA, falamos mesmo de alunos que vieram de outros concelhos encontrando em Tábua, uma resposta para as suas expectativas de estudo.

xxxx - xxxx

Um dos aspetos que tem merecido maior relevância na descentralização de competências, resulta dos recursos materiais e financeiros que acompanham o processo de transferência. Este tem sido um dos maiores problemas e entraves sentidos neste processo. É limitado o suporte financeiro que a tutela transfere para o Município relativamente a algumas subáreas. Claro que os valores transferidos têm sido geridos com parcimónia de forma a evitar situações de insuficiência, no entanto não podemos deixar de assumir que dentro do Orçamento do Município, foram alocadas mais verbas à Educação, recorrendo assim a verbas próprias para fazer face às novas responsabilidades.

Pese embora todas as competências aceites pelo Município, é preciso garantir que, dos edifícios à gestão do pessoal, as Atividades de Enriquecimento Curricular, refeições, ação social, planeamento e à oferta da rede educativa local, tenham um projeto educativo e sejam orientadas segundo perspetivas educativas e pedagógicas para o concelho, e não de racionalização, de mercadorização ou quaisquer outras, porque elas são atividades intrinsecamente educativas.

O município, apesar de todas as suas competências, não é autónomo para dizer que têm imensas competências relativamente à Educação escolar. A competência curricular e educativa continua na esfera da Escola e exige uma relação de proximidade e de partilha de informação permanente e dinâmica entre os intervenientes, nomeadamente o Município de Tábua e o Agrupamento de Escolas de Tábua, a EPTOLIVA, além da DGEstE.

A assunção destas novas competências tem sido um processo complexo e de uma constante e profunda análise por parte da Câmara Municipal de Tábua, que se iniciou com um conjunto de questões enviadas ao Ministério da Educação em maio de 2019, seguindo-se de várias reuniões

do grupo de trabalho da Descentralização do Município de Tábua e da Comissão de Acompanhamento desde 2020, com a presença em muitas delas da Sra. Delegada Regional de Educação da Região Centro, Dra. Cristina Oliveira.

Para além das alterações formais, no âmbito da gestão escolar, tendo por base o novo quadro de competências, Temos certo que, as competências exercidas pelo Município de Tábua, vão mais além das competências que estão previstas na legislação, nomeadamente com as preocupações na implementação do Plano Nacional para a Promoção do Sucesso Escolar em que o município de Tábua tem criado mais condições para que todos os alunos e alguns alunos possam ter mais apoio,

Exemplo disso são a oferta das atividades e projetos educativos complementares de aprendizagem de Inglês, Atividade Física e Desportiva, expressão musical, oficina de Biblioteca à educação Pré-Escolar, o investimento que assume na implementação das atividades extracurriculares, oos livros de fichas de atividades a todos os alunos do 1.º ciclo, da atribuição de transporte para as mais diversas atividades inscritas nos Planos Anuais de Atividades do Agrupamento de Escolas de Tábua (que vai desde a deslocação dos alunos para as atividades de desporto escolar, até às visitas de estudo), a promoção de espetáculos que vão de encontro com as manifestações de necessidades dos docentes e dos conteúdos pedagógicos dos diversos níveis de ensino, a implementação de um sistema de gestão e cartão único para Alunos, Docentes e Pessoal Não Docente.

Não obstante a existência de alguns constrangimentos, o balanço que o Município de Tábua faz é positivo. Assumimos desde logo que o Diretor da Escola deve ser um parceiro neste processo, deve um elemento ativo na procura do sucesso da descentralização administrativa no âmbito da educação. Estabilizado agora que está, o processo de assunção das competências, está para breve a delegação de algumas das competências no Diretor do Agrupamento de Escolas de Tábua, proporcionando uma menor intromissão do Município na gestão quotidiana da Escola, nomeadamente ao nível da conservação e pequenas reparações a levar a cabo nos estabelecimentos escolares.

Para finalizar, e porque a Educação não se resume apenas ao que se passa dentro das paredes de uma Escola, o Município de Tábua foca a sua ação na construção de uma Cidade Educadora, num território onde se privilegia a arte de tecer redes com as pessoas e as organizações, onde cada um de nós é um agente de mudança e interveniente ativo neste processo constante de aprender, inovar e partilhar saberes, acolhendo cada pessoa como ela é e convidando-a a participar num projeto comum para o concelho, promovendo o equilíbrio entre a identidade e a diversidade, conciliando a liberdade com a responsabilidade de concretizar políticas que evidenciem as potencialidades educadoras de cada pessoa, de cada parceiro, de cada criança e de cada jovem.

Em Comunicado do Conselho de Ministros extraordinário de 19 de julho de 2022, é transmitido que foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Acordo de Compromisso a celebrar entre o Governo e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), que visa permitir que os municípios tenham os meios necessários no âmbito do processo de descentralização, nos domínios da Educação e da Saúde.

O Acordo prevê, na área da Educação, um reforço do valor para a manutenção das escolas; que o Governo comece as intervenções nas escolas identificadas como sendo prioritárias, no âmbito da reconstrução/requalificação das escolas; atualização da comparticipação das refeições escolares; assunção pela Administração Central de despesas com seguros de acidentes de trabalho e medicina do trabalho dos trabalhadores transferidos para as autarquias, mantendo-se o mesmo regime da ADSE e SNS aplicável aos trabalhadores da Administração Central.~

GRUPO MUNICIPAL

Período Antes da Ordem do Dia - Intervenção

Muito boa tarde, cumprimento o senhor Presidente Assembleia Municipal e com ele toda a mesa que o acompanha, o senhor presidente da Câmara Municipal e todos/as vereadores/as, cumprimento também os/as presidentes de junta e união de freguesias aqui presentes bem como todos os/as deputados/as municipais, os nossos oradores do ponto anterior, os/as funcionários/as, o restante público e a comunicação social.

Faz hoje 24 de fevereiro, exatamente um ano que teve início a invasão do território ucraniano pela Federação Russa, violando não apenas direito internacional, mas principalmente o respeito pela autonomia do País e pela liberdade da população.

Depois de milhares de mortos e de milhões de pessoas deslocadas e refugiadas, ainda não conseguimos ver o fim deste conflito que nunca deveria ter existido.

O Grupo Municipal do Partido Socialista volta novamente a repudiá-lo e a expressar a solidariedade para com o povo da Ucrânia. Devemos ter orgulho da forma como Tábua e principalmente o município acolheu as pessoas que fugiram desta guerra.

“A humanidade tem de acabar com a guerra antes que a guerra acabe com a humanidade.” Mais uma vez voltamos a citar John F. Kennedy, aplicando-se não apenas ao que se passa na Ucrânia, mas também noutros países do mundo, por vezes não tão falados.

Por outro lado, num contexto diferente de catástrofe, expressamos também a nossa solidariedade com o povo Turco e Sírio que atravessam tempos muito difíceis após os sismos ocorridos, que já contam com mais de 49000 mortos.

Seguidamente, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, quero agradecer ao Professor Sidónio Costa e ao Professor Daniel Costa pelas partilhas de conhecimento que tanto nos enriqueceu. Permitam-nos uma breve reflexão.

Numa altura em que muito se fala da importância de uma escola pública de qualidade e dos desafios associados à transferência de competências para os municípios na área da educação não podemos deixar de referir que, apesar dos diversos desafios colocados é essencial potencializar esta gestão de proximidade à população.

Parabenizamos o Município pelo desempenho na assunção destas competências, estando na linha da frente para promover a valorização das pessoas como principal ativo do concelho, maximizando a qualidade do ensino e a potencialização da dinâmica educativa deste território.

A escola pública assume um papel primordial na construção de um futuro mais igual, um futuro onde se pretende que qualquer criança independentemente das suas condições económicas e sociais, possa ter a mesmas oportunidades ao aceder à educação.

O reconhecimento da extrema importância desta meta, está espelhado no quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável que assenta na garantia do acesso à educação inclusiva, de qualidade, e equitativa promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas.

É na prossecução deste objetivo que se deve focar o trabalho a desenvolver na escola pública, pois quando se fala de igualdade de oportunidades na educação não estamos a falar apenas do acesso de todas as crianças e jovens, mas da assunção e aceitação de que cada criança ou jovem é um ser único, que necessita de cuidados específicos adequados para ter o mesmo nível de sucesso escolar, independentemente do seu contexto familiar e social, das suas capacidades financeiras ou de limitações físicas ou psicológicas.

Neste sentido temos de olhar para a escola como um todo construtor de uma comunidade mais inclusiva, onde se possa ir à escola, sendo proporcionados meios para minimizar barreiras, permitindo um acesso igual ao ensino e à educação.



A escola pública é uma das bandeiras do Partido Socialista só a sua defesa e valorização responde ao objetivo de garantir o acesso à educação inclusiva e equitativa.

É obvio que não está tudo bem, existe muito trabalho a realizar e um longo caminho a percorrer, mas deve ser percorrido tendo noção da realidade do país em que vivemos e não hipotecando o futuro, mas sim, contribuindo para um desenvolvimento pessoal e social mais sustentável e consciente.

Já dizia Nelson Mandela "A educação é a ferramenta mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo... A educação é o grande motor do desenvolvimento pessoal. É através dela que a filha de um camponês se torna médica, que o filho de um mineiro pode chegar a chefe de mina, que um filho de trabalhadores rurais pode chegar a presidente de uma grande nação."

Após esta breve reflexão e voltando a realidade concelhia, parabenizamos o município na pessoa do Sr. Presidente pela nova imagem do Edifício dos Paços do Município de Tábua.

No ano que se comemora os 70 anos sobre a sua inauguração e se assinalam os 170 anos de Tábua como Município, a reabilitação deste, dota-o da dignidade que a população tabuense bem merece.

Todo o trabalho realizado por este executivo socialista após quase ano e meio de mandato, demonstra o compromisso com Tábua, e a preocupação na melhoria da qualidade de vida das pessoas em todas as freguesias apostando na proximidade.

A transferência de competências para as freguesias, acompanhadas pela transferência de verbas de forma mais direta pela DGAL, comprovam essa aposta.

Assim, aproveitamos para questionar o Sr. Presidente sobre o ponto de situação da dívida às freguesias?



Por fim, gostaríamos de congratular o Município pela programação e organização da “Tábua de Queijos e Sabores da Beira 2023”, evento essencial para valorizar as produções locais e para promover o potencial endógeno no sentido de assegurar o crescimento da economia do concelho, pelo que apelamos a todos e a todas que participem.

Tábua, 24 de fevereiro de 2023

Olga Nunes
(Grupo Municipal do Partido Socialista)

Coligação PSD/PPD/CDS – Coragem Para Mudar

Assembleia dia 24 de fevereiro de 2023.

Intervenção

Líder de bancada Paula Ribeiro

Apresento os mais sinceros e cordiais cumprimentos a todas e a todos.

Antes de iniciar a minha intervenção nesta assembleia, quero pedir a aprovação um voto de pesar pelo desaparecimento, de um grande ser humano, um grande homem, um grande político, mas ao mesmo tempo quero pedir também a aprovação de um voto de louvor ao nosso Carlos Santos. O Carlos é daqueles homens que permanecem no tempo e nos corações de todos que o conheceram, portanto irá sempre estar presente em todos nós.

Apesar de pertencer à nossa Coligação era um homem que pertencia à política Tabuense, um homem que sempre deu o seu melhor em todas as causas em que acreditava, um homem resiliente no trabalho e na doença, um exemplo para todos.

A estes votos de pesar e louvor junta-se também o grupo de trabalho do Partido Socialista nesta assembleia.

Desta forma solicito a esta assembleia e ao Sr Presidente Dr. Nuno Tavares a aprovação desse voto de pesar pela perda do nosso amigo e companheiro, mas também de um voto de louvor pelo ser humano de excelência que foi e que é, pois o seu exemplo fica para todos nós.

Minhas senhoras e meus senhores, estamos aqui hoje nesta assembleia para falar e refletir sobre um tema que está na nossa ordem do dia , a EDUCAÇÃO.

O direito à EDUCAÇÃO, é um direito fundamental, encontra-se consagrado na nossa constituição da República, em várias normas,

designadamente no seu artigo 43º liberdade de aprender e de ensinar, no seu artº 73º Educação, cultura e ciência dizendo desde logo no seu nº1 “Todos têm direito à Educação e à cultura e que cabe ao estado promover a democratização da educação e as demais condições para que A EDUCAÇÃO, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva”, por sua vez prevê ainda no seu artº 74, o direito ao ensino, dizendo que o estado reconhece e garante a todos os cidadãos o direito ao ensino e à igualdade de oportunidades na formação escolar. Na realização da política de ensino cabe ao estado: 1- assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, 2- criar um sistema público de educação pré-escolar, 3º garantir a educação permanente e eliminar o analfabetismo, 4º garantir a todos os cidadãos segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística entre outras competências e encontra-se também consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos designadamente do seu artº 26 º nº1 sendo definida da seguinte forma, “ Todos os seres humanos têm direito à EDUCAÇÃO. A educação será gratuita pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. A Educação técnico- profissional será acessível a todos, bem como a educação superior, está baseada no mérito. No seu Nº 2 REFERE QUE A EDUCAÇÃO será orientada no sentido de pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A educação promoverá a educação, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. No seu nº 3, consagra o direito que os pais têm na prioridade de direito na escolha do género de educação que será ministrada aos seus filhos

Desde logo um tema pertinente que merece a nossa reflexão e que tem sido tão esquecido pelos nossos governantes ao longo dos anos.

Erros têm sido cometidos ano, após ano, sem que este assunto tenha sido devidamente tratado, pois a educação somos todos nós, sem educação não existe democracia.

No entanto pode-se dizer hoje que este tema é um tema que já faz parte do nosso dia a dia e aqui podemos ver este assunto de duas perspectivas:

- A 1ª tem a haver com a situação dos professores e as escolas, e a situação dos professores é no mínimo inconcebível num estado de direito, carreiras congeladas, desigualdades salariais, o problema da mobilidade, que afeta tantas famílias, porque os nossos formadores têm família, imagine-se o que essa mobilidade profissional afeta essas mesmas famílias, nem têm subsídio para fazer face a essa mobilidade, como se pode exigir mais dedicação a estes profissionais.

Em relação às escolas, maior parte do nosso parque escolar está envelhecido, muito dele ainda possui ainda telhados de amianto, embora já se tenha feito alguma coisa em relação à remoção deste mesmo material, amplamente prejudicial para a saúde dos nossos alunos, professores e dos seus operacionais, escolas sem aquecimento, mas para além deste problema temos também falta de professores nas mais variadas disciplinas, a carreira não é atrativa para os nossos jovens, urge a necessidade de mudar esta situação.

Um professor é um pilar para a formação das gerações vindouras e o futuro neste âmbito não é risonho, que tipo de sociedade sobrevive sem educação?

A 2ª perspectiva é a situação dos nossos alunos, a situação do abandono escolar, falta de interesse pelos conteúdos, a escola é mais que um local de aprendizagem de conteúdos é um local de formação pessoal de educação, alunos motivados, professores motivados é meio caminho andado para uma sociedade mais justa e democrática.

O nosso profundo agradecimento, aos nossos dois Ilustres convidados, pelos seus esclarecimentos, pela partilha das suas experiências, foram pertinentes e imprescindíveis para a reflexão de hoje, quero acreditar que iniciativas como esta servem para um grande enriquecimento para todos nós e para quem nos escuta. Bem hajam.

Ainda por fim, como se sabe hoje faz um ano, em que a guerra começou na Ucrânia, uma guerra é sempre uma guerra, as perdas de vidas humanas

a destruição é total, o desespero das pessoas, dos sobreviventes da suas famílias, uma situação inimaginável e severamente punível, a todos os níveis, no entanto isto é uma guerra também mundial, estamos num momento de grande viragem na política, e segurança mundial e isto merece a nossa melhor reflexão. Peço um minuto de silêncio em homenagem a todas as vítimas desta guerra e ao povo ucraniano, se V^aExa Sr. Presidente da Assembleia assim o permitir.

Obrigado.

Paula Figueiredo Ribeiro

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TÁBUA,
DE 24/02/2023**

Boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, assim como os seus Secretários. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Tábua, o Sr. Vice-Presidente e todos os Vereadores e Vereadora. Cumprimento igualmente todos os membros da Assembleia Municipal, todos os Senhores e Senhoras Presidentes de Junta, Colaboradores e Colaboradoras do Município de Tábua, elementos da comunicação social presentes e restantes elementos do público.

A descentralização de competências da Administração Central para as autarquias tem como principal objetivo dotar o poder local de todos os instrumentos para contribuir para a resolução dos principais problemas das populações. No concelho de Tábua, a partir do próximo dia 01 de março de 2023, efetivar-se-á a transição de competências na área da ação social, o que vai implicar um trabalho de maior proximidade e de maior qualidade junto das famílias do concelho. Nesta área, o Município terá a responsabilidade, entre outras competências, pelo serviço de atendimento e de acompanhamento social, pela atribuição de prestações pecuniárias em situações de comprovada carência económica, pela celebração e acompanhamento dos acordos de rendimento social de inserção. Para dar cumprimento a estes objetivos, para além do trabalho que será levado a cabo pela equipa técnica do Gabinete de Ação Social do Município, a Câmara Municipal de Tábua estabeleceu um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Tábua, no âmbito do apoio à dinamização do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e do acompanhamento da componente de inserção dos beneficiários do RSI. Pretende-se uma resposta célere, por parte de uma equipa multidisciplinar, descentralizada, abrangendo todas as 11 freguesias e uniões de freguesias do concelho, adaptada às reais necessidades da população, com vista à autonomização dos destinatários e das destinatárias das medidas de apoio social.

Gostaria, neste âmbito, de sublinhar e congratular o executivo camarário, pela distinção que o Município de Tábua recebeu, pelo 9.º ano consecutivo, como “Autarquia Mais Familiarmente Responsável - 2022”, galardão atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas, tendo em consideração as respostas sociais dirigidas às famílias tabuenses. Este galardão vem reconhecer o investimento que o Município de Tábua tem vindo a fazer nesta área de apoio às famílias, com objetivo de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos tabuenses, assim como assegurar a efetividade do “direito a ter direitos”.

Pedro José Pereira Cardoso,

Tábua, 24/02/2023

2ª- Intervenção Assembleia Municipal

Coligação PSD/CDS – Coragem para Mudar

Paula Figueiredo Ribeiro

O saldo orçamental de 2022, apenas se deve à variação positiva do passivo financeiro (empréstimos bancários) e irá ser aplicado essencialmente em dois sectores:

- Centro Interpretativo do Queijo da Serra (300 mil euros)
- Recolha e transporte de lixos (335 mil euros). Em relação a este ponto, cumpre questionar, se se trata de um efetivo aumento de preço do serviço prestado pelo Planalto Beirão?

Em relação aos pagamentos em atraso (Ponto 5):

- 3,2 Milhões de Euros em 31/12/2022, quando pela informação prestada no ano anterior era de 2,3 Milhões de Euros.

Esta tem sido uma batalha do nosso grupo de trabalho e em particular do nosso colega António Nina em particular.

Cumpre questionar:

- A que se deve este aumento de cerca de 900 mil euros, num ano?
- Solicitamos ainda que em próxima assembleia, seja fornecido o mapa discriminativo das entidades com pagamentos em atraso. Já foi solicitado em sessões anteriores, e nunca foi fornecido.
- Aqui temos que fazer uma nota – A AM do Planalto Beirão, é um dos credores mais significativos, pelo que é pertinente fazer a observação, acima indicada, relativa ao reforço do orçamento.
- Muito importante também ainda é saber como é que o Executivo, pretende resolver esta questão, evitando a cristalização da dívida a credores e o eventual corte do fornecimento por algum deles. Esta é a

pergunta, sem resposta desde que iniciámos este mandato? Não se vislumbra qualquer medida de contenção do lado da despesa, que é cada vez mais galopante. O que tenciona o Executivo fazer, para travar essa realidade?

Fim

Paula Ribeiro

Discurso sobre a eleição do Provedor da Juventude - Ponto 9 do período de ordem do dia

Leonardo Rafael Amado Brito

24 de fevereiro de 2023

Cumprimento o presidente da Assembleia Municipal de Tábua e os respetivos secretários, cumprimento o presidente da Câmara Municipal de Tábua e os vareadores presentes, cumprimento também os meus colegas deputados, os presidentes de junta de freguesia, toda a gente que contribui para o bom funcionamento da Assembleia Municipal e os Tabuense que nos vêm a partir daqui e de casa.

Minhas senhoras e meus senhores, em nome do Partido Socialista de Tábua congratulo o Marcelo Rodrigues Figueiredo por ter sido eleito o primeiro Provedor da Juventude de Tábua. O Marcelo é um jovem Tabuense e Midonense e bastante ativo. Aliás, o Marcelo foi um dos jovens que ajudou a desenvolver o primeiro Plano Municipal da Juventude de Tábua e, *diga-se de passagem*, é professor e bastante acessível para conversar. O Marcelo terá três desafios principais:

- Ouvir os jovens e transmitir a informação ao município.
- Reivindicar e pedir esclarecimentos ao município sempre que necessário.
- Agregar as propostas dos jovens e propô-las ao município.

Ele vai garantir que a informação entre a camada jovem tabuense e o município seja eficiente, para que o município seja eficiente com as preces dos jovens.

Da nossa parte, resta-nos desejar sorte e um bom trabalho para o mandato. Obrigado.

APRESENTAÇÃO A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUA

- 2 incumprimentos
- Sem o contacto vin a esta Assembleia

- Antonio Santos // Natural de Tabua // Residente em Lisboa // Socio gerente de 5 sociedades comerciais sediadas em Tabua.
- A família de Albertino Ramos Duarte, cede terrenos em Fundo de Vila para alargamento da estrada, bem como da construção de rotunda.
- Em 2004 em Assembleia ^{11/2/} ~~Geral~~ ^{Municipal} e por proposta de 1 dos vereadores, foi aprovado por UNANIMIDADE a contrapartida da construção dos muros confinantes com as ribeiras e a construção das paredes dos poços existentes no terreno.
- À data já Albertino Ramos Duarte estava muito mal de saúde, tendo vindo a falecer em 03/2006.
- Tomei conhecimento em 2011 de forma accidental, da existência desta inconformidade por parte da CMT, ie, nada foi feito.
- Reuni com Presidente á data, Sr. Mario Loureiro, tendo o mesmo solicitado tempo para o cumprimento do aprovado em Assembleia Municipal de 2004.
- Pedi-me também para o Ok da família na venda do prédio sito na estrada principal, frente á habitação de família para demolição e arranjo do estacionamento ao que acedemos prontamente e pelo preço sugerido pela CMT.
- Tive várias reuniões com o Presidente, sem qualquer sucesso na execução da obra.
- Em 2017, por pedido de reunião do então Vereador Dr. Ricardo Cruz, apresentei este assunto, tendo o mesmo transmitido que desconhecia em absoluto o mesmo.
- Questionei se não havia literacia sobre compromissos não cumpridos / a cumprir pela edilidade!!
- Ficou de falar com o ainda Presidente Mário Loureiro e resolver.
- Mário Loureiro, foi um dos vereadores que em 2004 assinou a ata em Assembleia Geral.
- Pese embora as insistências feitas pela minha pessoa, só em 04/2022, o já presidente Dr Ricardo Cruz, acede a reunir para debater novamente este assunto.
- Transmitiu-me a total legitimidade no cumprimento da contrapartida e que iria estudar em conjunto com os competentes órgãos da Edilidade como resolver este assunto.
- Tinham passados 18 anos.
- Em 07/2022 troco 1 SMS com o Sr, Presidente que me informa ainda estar a estudar o tema.

- Nunca mais consegui o contato com o Sr Presidente.
- Em 09/2022, apresentei o assunto ao Sr. Vice Presidente, que também desconhecia o tema.
- Assumi falar com o Presidente e dar resposta oficial da CMT no prazo de 1 semana.
- Ainda hoje aguardo a resposta, tendo passado 5 meses.
- Estou certo que nunca foi feito o registo de acerto de áreas nas Finanças e Conservatória Registo Predial, pelo que a família está a ser lesada também no pagamento do IMI há 19 anos.
- Enviado pelo advogado de família 2 cartas dirigidas ao Sr Presidente em 29/09/2021 e 21/02/2022 sem qualquer resposta por parte da Edilidade.
- Assim, informo a Assembleia ^{Municipal} ~~Geral~~ da CMT que não me resta outra alternativa, que não a utilização dos meios legais / tribunal para a determinação e cumprimento do aprovado em 2004 por unanimidade de Assembleia Geral.
- Acresce, que em 2016, aquando da construção do Centro Self Service de Lavagens Auto, junto á rotunda de acesso a estrada da Barrosa, descobrir aquando da execução de furo artesiano que os esgotos e pluviais passavam no nosso terreno sem qualquer legitimidade da CMT para tal.
- A CMT, solicitou autorização para a reconstrução dos esgotos, repito em terreno privado, tendo o Sr Presidente assumido o compromisso da apresentação de contrapartida para tal utilização do subsolo.
- Foi ainda a nosso custo que foi recuperado o passeio intervencionado pelos técnicos da CMT.
- Aguardamos até hoje, sem qualquer iniciativa da CMT também sobre o tema.
- Também aqui, não vislumbramos qualquer alternativa, que não seja o recurso á via judicial.
- Fica assim demonstrado de forma inequívoca a extraordinária capacidade da família na espera para resolução dos temas apresentados e a TOTAL não vontade da CMT na resolução dos mesmos.
- Coloco-me á disposição para melhor esclarecimento de alguma dúvida sobre a apresentação.